

**Despacho (extrato) n.º 5135/2012**

Por despacho de 21 de março de 2012, do Exmo. Senhor Diretor Nacional, é nomeado em regime de comissão de serviço, para o cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Técnico Superior M/02771 — Manuel João Alves, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, que aprova a Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública, com efeitos reportados a 2 de abril de 2012.

3 de abril de 2012. — O Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Recursos Humanos, *José Ferreira de Oliveira*, Superintendente.

205958137

**Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

**Despacho n.º 5136/2012**

I — Ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no Despacho n.º 572/2011, do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 10 de janeiro, subdelego na Diretora Central de Gestão e Administração, licenciada Maria de Fátima Antunes Cunha Campos de Almeida, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes atos:

- a) Autorizar deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal da sua direção central;
- b) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários tenham direito, nos termos da lei;
- c) Autorizar alterações orçamentais que não careçam de despacho do membro do governo da tutela;
- d) Autorizar a atualização de rendas, relativas a contratos de arrendamento, resultante de imposição legal;
- e) Proferir decisão sobre realização de despesas públicas com empreitadas de obras, aquisição de bens e serviços e autorizar as inerentes despesas até ao limite de € 50 000,00;
- f) Autorizar pagamentos de despesas já autorizadas, independentemente do seu valor;
- g) Promover a avaliação de bens, autorizar a sua alienação e estabelecer a forma que esta deve revestir, nos termos legais previstos;
- h) Autorizar o abate dos bens ao inventário do serviço;
- i) Assinar a correspondência ou expediente necessário à instrução e desenvolvimento dos processos que correm pela respetiva direção central.

II — Ratifico todos os atos praticados pela Diretora Central de Gestão e Administração, licenciada Maria de Fátima Antunes Cunha Campos de Almeida, que se enquadrem nos poderes ora delegados.

19 de março de 2012. — O Diretor Nacional-Adjunto, *Carlos Gonçalves*.

205956899

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Gabinete da Ministra**

**Despacho n.º 5137/2012**

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas do Tribunal de Família e Menores de Cascais, votada pela Assembleia Municipal de Cascais, são nomeados nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — ex vi do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela

Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) segundo a enumeração constante da lista anexa.

30 de março de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

**Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da competência dos tribunais de comarca, previsto no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.**

**Tribunal de Família e Menores de Cascais**

Efetivos:

- Ana Reis dos Santos Ramalheira de Araújo Ferreira
- António Casimiro Fonseca
- João Manuel Torres Rodrigues
- Luísa Maria Benevides Margarida Veludo
- Maria Amália Soares de Albergaria Mendes Leal
- Maria da Luz Casanova Pereira Bandeja Pinheiro Henriques
- Maria do Rosário Patrício Lopes Carreira
- Maria Gabriela F. Reis Moreira
- Maria Rosa Cruz
- Nélida Lopes Vinhal
- Renata Dias Coelho
- Rosa Branca S. F. Assunção
- Rui Frederico Jorge
- Teresa Paula de Abreu Joaquim Santos

Suplentes:

- Alexandra Maria Sousa Carvalho Alves Rodrigues Mesquita Chim
- Ana Margarida Lima Leitão Grilo
- Ana Paula Miguel Dâmaso de Oliveira Branco Martins
- Carla do Rosário Fátima Marques Cipriano
- Carla dos Santos Silva
- Dina Maria Oliveira Coelho
- Elsa Alves de Carvalho Figueira
- Elsa de Lurdes Montinho Saltão Fernandes Correia
- Filipa Maria Moura Libano Monteiro da Costa Simões
- Helena Maria Lima França
- Isabel Alexandra Touça Custódio de Almeida
- João Alexandre Farracha Montes Palma
- José Manuel Fernandes Esteves
- Ludovina Pereira de Jesus
- Manuel Francisco Freire Galego
- Maria Adelaide Afonso Guerreiro
- Maria Albertina Gomes
- Maria Beatriz Batalha Losada Simões Santos
- Maria de Fátima de Oliveira Baiona
- Maria Fátima F. P. L. Serrano
- Maria Filomena Garibaldi Serrão Mora Carvalhão
- Maria Teresa Santos Afonso Caldas
- Marisa Paula Rodrigues de Miranda Burnay
- Patrícia Fernandes Cruz e Charters
- Paulo Jorge Bernardes Gaspar
- Rita Marau Silva
- Rita Salomé Tubal Ventura
- Rodrigo Braz de Oliveira Mendonça Toto de Lencastre
- Silvia Duarte Ferreira Sofia Borges C. C. T. Jordão
- Sónia Maria Meira Vieira Couto

205957205

**Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios**

**Despacho (extrato) n.º 5138/2012**

Para os devidos efeitos torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 1.º, e n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios concedeu às instituições a seguir indicadas os subsídios monetários infra, respeitantes ao segundo semestre de 2011:

Beneficiário	Montante (em euros)	Entidade decisora	Data da decisão
ARBITRARE — Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações.	19 999,98	Diretor . . . . .	07-04-2011